

H8

3º BIMESTRE

ESCOLA: _____

ALUNO: _____ TURMA: _____

2011

D. Pedro I



escolakids.com – 21/05/11

EDUARDO PAES
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CLAUDIA COSTIN
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REGINA HELENA DINIZ BOMENY
SUBSECRETARIA DE ENSINO

MARIA DE NAZARETH MACHADO DE BARROS VASCONCELLOS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA CUNHA
SANDRA MARIA DE SOUZA MATEUS
COORDENADORIA TÉCNICA

CLOVIS DE F. NEVES FILHO
ERNESTO MATTOS
ILKA VALERIA OLIVEIRA DOS SANTOS
ELABORAÇÃO

JAIME PACHECO DOS SANTOS
LEILA CUNHA DE OLIVEIRA
SIMONE CARDOZO VITAL DA SILVA
REVISÃO

CARLA DA ROCHA FARIA
LETICIA CARVALHO MONTEIRO
MARIA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA
DIAGRAMAÇÃO

BEATRIZ ALVES DOS SANTOS
MARIA DE FÁTIMA CUNHA
DESIGN GRÁFICO

DA AMÉRICA PORTUGUESA AO IMPÉRIO DO BRASIL

Terminamos o bimestre passado tratando das independências dos países da América Espanhola.

Neste bimestre, vamos conhecer o processo de independência da América Portuguesa.

É interessante perceber que nos processos de independência, tanto da América Espanhola quanto da América Portuguesa, sentiu-se a influência das ideias iluministas.

O pensamento iluminista divulgava ideais de liberdade e igualdade, apoiando o pensamento dos líderes nas colônias latino-americanas.

Vamos ver como isso aconteceu?

A segunda metade do século XVII marcou, ao mesmo tempo, o período de apogeu e crise do sistema colonial.

Portugal, a essa altura, completamente dependente da Inglaterra, ocupando uma posição secundária no quadro europeu, organizou um esquema político-econômico a fim de se preservar num mundo cada vez mais competitivo.

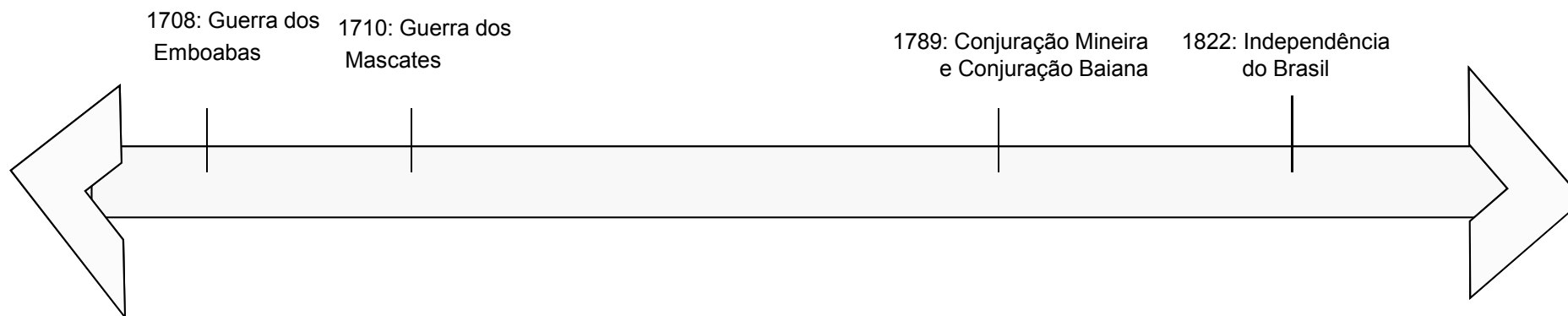
O Brasil foi o principal palco dessa política, sofrendo, por conseguinte, uma opressão violenta que serviu para mostrar à classe dominante colonial, sobretudo aos proprietários, as diferenças entre seus interesses e os da metrópole. Daí, as revoltas que ocorreriam em Minas Gerais e na Bahia, atestando que a colônia vivia um momento de insatisfação política que levaria à independência do Brasil.

Bandeira do Brasil Imperial



monarquia.org.br Em 09/05/11

Linha do tempo: Brasil - revoltas e independência



Chamamos guerra de revolta. Mas será que significa a mesma coisa? E conjuração? O que significa? Procure no dicionário e escreva abaixo o significado dessas palavras.

Revolta: _____

Guerra: _____

Conjuração: _____

Inconfidência: _____

A GUERRA DOS EMBOABAS (1708/1709)

O ouro descoberto pelos bandeirantes paulistas, na região das Minas Gerais, levou um grande número de pessoas a partirem para aquele local. Os bandeirantes, descobridores das minas, sentiam-se com direito de explorá-las sozinhos.

Pediram então ao governo português exclusividade nessa exploração. Isso não foi aceito. Além disso, a metrópole impôs uma série de medidas para aumentar o controle sobre a população das Minas Gerais, de forma a arrecadar mais ouro.

Os bandeirantes chamavam os que chegavam de outras regiões da colônia e até quem vinha de Portugal, de “emboabas”.

Emboabas e bandeirantes paulistas entraram em conflito diversas vezes. Após várias derrotas, os paulistas deixaram a região de Minas Gerais para procurarem ouro em outros lugares, como regiões dos atuais estados de Goiás e Mato Grosso.

Assim, avançando para o interior, os bandeirantes contribuíram para ampliar as fronteiras do nosso país, ultrapassando os limites do Tratado de Tordesilhas, acordo assinado em 1494 que dividia essas terras entre Portugal e Espanha.



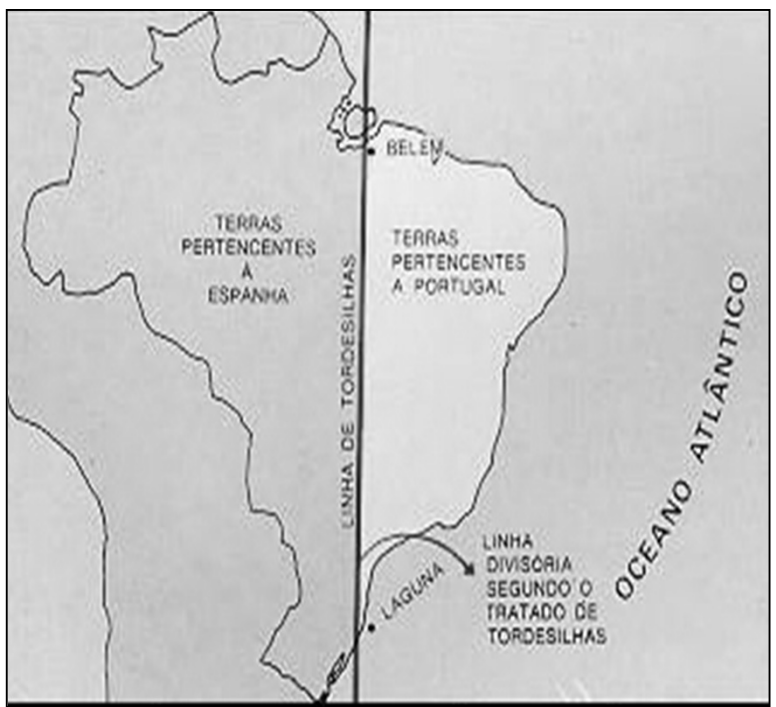
Guerra dos Emboabas - Obra do pintor Carybé

Por que será que a palavra “emboaba” foi escolhida pelos bandeirantes paulistas para designar as pessoas que chegavam de outra região? Visite o site www.grupoescolar.com e descubra a resposta.

Lendo mapas...

Mapa do Brasil, que mostra os limites do Tratado de Tordesilhas.

Mapa do Brasil após a Guerra dos Emboabas e a expansão territorial feita pelos bandeirantes. (1709)



profsu.pbworks.com



<http://www.achetudoregiao.com.br>

Imagens acessadas em 01/06/11

Espaço pesquisa

Dialogando com a GEOGRAFIA.

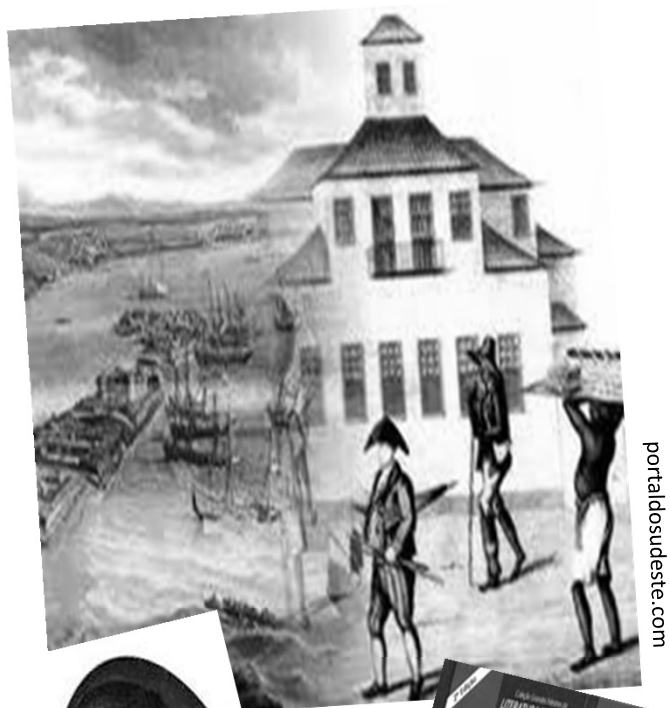
Sabemos que, atualmente, o Brasil é composto por cinco diferentes regiões. De acordo com a cor indicada, e com o auxílio de seu/sua Professor/a, pinte cada uma delas.



Região Norte – verde
Região Nordeste – amarelo
Região Centro-Oeste – laranja
Região Sudeste – azul
Região Sul - vermelho



sol.eti.br – 01/06/11



portaldosudeste.com



portalsofrancisco.com.br



www.todolivros.com.br

Imagens acessadas em 01/06/11

Enquanto a Guerra dos Emboabas se desenvolvia na atual região Sudeste (estados de São Paulo e Minas Gerais), em Pernambuco, atual região Nordeste, a rivalidade entre Olinda e Recife crescia.

Como isso começou? Qual a razão? Em que resultou?

É o que vamos compreender agora.

A GUERRA DOS MASCATES (1710/1711)

Após a expulsão dos holandeses, que tinham ocupado por cerca de 24 anos (1630/1654) a região de Pernambuco, o governo português promoveu lá, uma reforma política, o que privilegiou os comerciantes de Recife (que eram chamados de mascates pelos habitantes de Olinda), que possuíam sua vida econômica centrada nas fazendas.

Olinda, viveu uma difícil situação econômica, devido à crise na produção do açúcar e também pelo fato de ter sofrido com a guerra de expulsão dos holandeses.

Para tentar equilibrar sua vida financeira, os grandes proprietários de engenhos (fazendas onde se produzia o açúcar) pedem empréstimos em dinheiro e aceitam pagar juros muito altos, cobrados pelos comerciantes de Recife.

Assim, enquanto Recife se desenvolvia com o comércio, a situação de Olinda piorava, pois dificilmente os senhores de engenho conseguiam pagar as suas dívidas.

Com a elevação de Recife à categoria de Vila, em 1709, surgiu para os olindenses a ameaça de verem suas dívidas cobradas de forma imediata. Até as divisas entre as duas cidades foram alvo de descontentamento.

O conflito efetivamente começou quando os olindenses, depois de tentarem assassinar o governador, que fracassou, invadiram Recife. Com o apoio de outros vilarejos, Recife resistiu e venceu Olinda. Os fazendeiros de Olinda, que tinham começado o confronto, foram presos. Portugal, então, para acalmar os ânimos, instalou uma administração que tinha como sede, cada uma das duas cidades a cada seis meses. Assim, buscava evitar qualquer favorecimento político. Mas o fato é que Recife se desenvolveria enquanto Olinda entraria em decadência.

1) Assinale com X o que existe em comum entre a Guerra dos Emboabas e a Guerra dos Mascates?

() interesses de ordem religiosa () combate entre escravos () interesses econômicos

2) Guerra dos Emboabas – assinale a opção correta:

- a) () os emboabas queriam que os paulistas explorassem as minas de ouro de Pernambuco.
- b) () os paulistas se sentiam no direito de explorar as minas de ouro e não queriam emboabas (pessoas de outros lugares) fazendo isso.
- c) () a Coroa Portuguesa apoiava os paulistas permitindo que apenas eles explorassem as minas de ouro.

3) Guerra dos Mascates – assinale a opção correta:

- a) () os conflitos da guerra dos mascates foram causados pelas desigualdades econômicas e pela crise na produção de açúcar.
- b) () assim como os emboabas os recifenses queriam o direito de explorar o açúcar sozinhos.
- c) () aos mascates cabia controlar os olindenses e recifenses para não se rebelarem contra Portugal.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

Você lembra o que é uma inconfidência?

Será que os inconfidentes foram, realmente, desleais e infiéis? Converse, após a leitura, com o seu/sua Professor/a.

O que levou a este fato? O que queriam os inconfidentes?

O ouro foi ficando mais difícil de ser encontrado. Sua exploração entrou em decadência a partir de 1770. Isso fez com que repercutissem, com maior intensidade sobre a população das Minas Gerais, as várias medidas restritivas adotadas pelo governo português: o monopólio do sal, o fechamento das estradas que conduziam ao litoral, a proibição da existência de manufaturas. A notícia dos acontecimentos relacionados com a independência dos EUA (1776) e a ameaça da execução da derrama (cobrança dos impostos atrasados, que atingia 596 arrobas em 1789) agiram como elementos aglutinadores dos descontentamentos da população mineira, que resultaram numa revolta contra a Coroa lusa, chamada de Conjuração ou Inconfidência Mineira.

GLOSSÁRIO:

restrição - limitação

monopólio - exclusividade e controle sobre o comércio ou a produção;

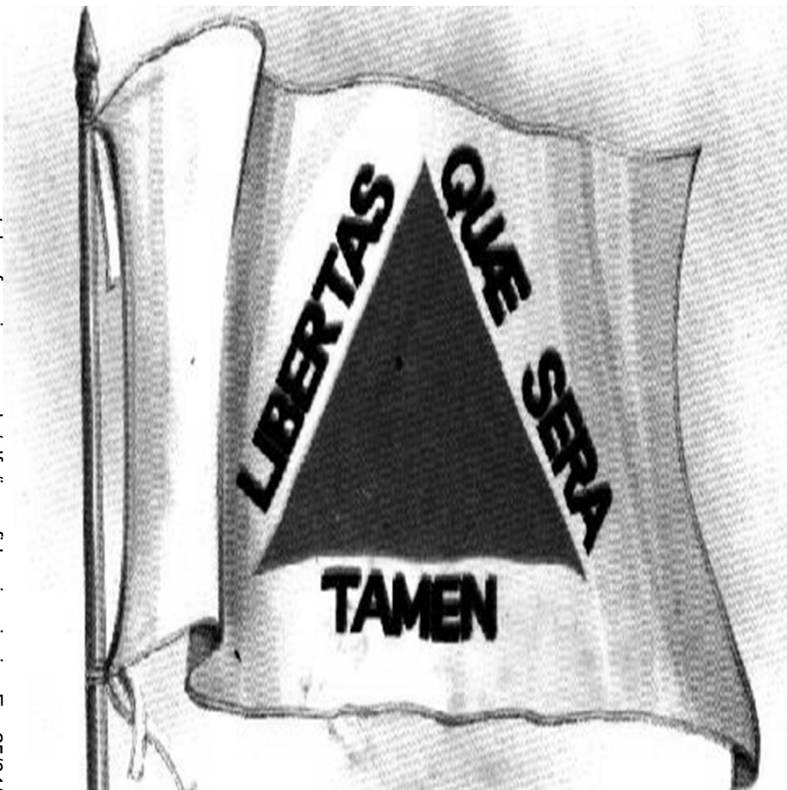
manufatura - trabalho feito manualmente com uso de ferramentas simples.



Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes

<http://cultoupop.com/inconfidencia-mineira> Em 09/05/11.

www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/inconfidencia-mineira Em 25/04/11



Esta é a bandeira atual do estado de Minas Gerais

Os inconfidentes formularam planos para:

- ❖ a proclamação de uma república (cuja capital seria São João del Rei);
- ❖ a fundação de uma universidade em Vila Rica;
- ❖ a libertação dos escravos (sobre o que não concordavam todos os conjurados, não sendo levada adiante);
- ❖ o incentivo às atividades industriais (mas não houve grande preocupação com a ação propriamente dita).

Com um sentido fundamentalmente anticolonialista, ou seja, a favor da separação de Portugal (é nítida a influência da independência dos EUA), a Conjuração Mineira reunia “grandes homens” da sociedade mineira, como os poetas Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga (o “Dirceu” de “Marília”) e Inácio José de Alvarenga Peixoto (que propôs o lema “Libertas quae sera tamen” – liberdade ainda que tardia – para a bandeira da nova república).

O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, destoava inteiramente desta elite de proprietários, doutores e clérigos, muito embora participasse de suas ideias.

Delatado o movimento ao governador das Minas, Visconde de Barbacena, por Joaquim Silvério dos Reis, foi imediatamente suspensa a derrama, pois para esse dia – “o dia do batizado” – estava marcado o início do movimento, que facilmente ganharia a adesão da população atingida. Por ordem do vice-rei, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro em maio de 1789.

A rainha D. Maria I ordenou a imediata instalação de um Tribunal de Alçada, órgão máximo da justiça colonial, representando diretamente a monarca (17 de agosto de 1790). Após dois anos de ação, o Tribunal lançou uma primeira sentença (18 de abril de 1792) condenando à morte onze participantes (já havia se suicidado na “Casa dos Contos” o poeta Cláudio Manuel da Costa). Uma carta-régia, contudo, desde 1790 determinara a punição apenas dos principais conjurados. A nova sentença, de 21 de abril de 1792, condenava à morte “natural para sempre” apenas Tiradentes, o de origem mais humilde entre todos os conjurados, expulsando do país, temporária ou definitivamente, os demais implicados. No mesmo dia, no Largo da Lampadosa, atual Praça Tiradentes (no centro do Rio de Janeiro) ele foi enforcado. Governava o Brasil, na época, o vice-rei, Conde de Resende.



Em Minas Gerais, a cidade de Vila Rica, foi o palco da Inconfidência Mineira. Atualmente é chamada de Ouro Preto e é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

A severidade na repressão – expressa na própria sentença do Tiradentes – era o modo de abafar futuras revoltas.

Mas era também a demonstração do declínio do poder da Metrópole. Trinta anos separam a execução de Tiradentes da independência política brasileira.

A CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

Caracterizado pelo historiador Afonso Ruy como “a primeira revolução social do Brasil”, a Conjuração Baiana também sofreu grande influência da Revolução Francesa.

No ano de 1797, surgiu, em Salvador, a loja maçônica “Os Cavaleiros da Luz”, de grande importância na articulação do movimento contra a Metrópole, constituída por comerciantes, militares e profissionais liberais. As ideias trazidas por ela foram difundidas rapidamente e conquistaram os elementos mais pobres da população baiana, negros em sua maioria.

A maçonaria é uma sociedade sem fins lucrativos, de caráter secreto, cujos membros adotam sinais simbólicos para se reconhecerem. No Brasil, a elite e até D. Pedro I, participavam desta sociedade que influenciou em alguns momentos da política brasileira.

Os objetivos da Conjuração Baiana eram os seguintes: realizar a independência da capitania, proclamar a “República Baianense”, libertar os escravos, aumentar o soldo da tropa e extinguir o monopólio comercial, pois, como dizia o alfaiate João de Deus:

“este porto seria franco a todas as nações estrangeiras para nele virem comerciar, trazendo fazendas e todas as mercadorias, para em troca delas levarem açúcares, tabaco e mais gêneros de terra, sem precisão de Portugal”.

No mês de agosto de 1798, as casas de Salvador amanheceram com papéis colados em suas paredes, anunciando a revolta:



Cipriano Barata.

<http://www.onordeste.com/onordeste/en/ciclopediaNordeste/Index> Em 09/05/11

“Aviso. Animai-vos povo baiense que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade; o tempo em que todos seremos iguais.”

O governador da capitania, D. Fernando José de Portugal e Castro, tomou providências enérgicas. Das quarenta e nove pessoas presas, alfaiates principalmente, quatro foram condenadas à morte. Outras pessoas foram condenadas ao exílio, enquanto a maior parte foi absolvida, como Cipriano José Barata de Almeida (imagem acima).

Recapitulando...

Preencha o quadro abaixo com os objetivos de cada revolta colonial:

PERÍODO	MOVIMENTO SOCIAL	OBJETIVOS
1789	Conjuração Mineira	
1798	Conjuração Baiana	

Compare a Conjuração Mineira com a Conjuração Baiana, procurando identificar semelhanças e diferenças entre esses dois movimentos.

FIQUE LIGADO!!!!



Lembre-se de que as ideias iluministas, principalmente de liberdade e igualdade, encontraram adeptos nos setores insatisfeitos que queriam a separação de Portugal.

A TRANSFERÊNCIA DA FAMÍLIA REAL

A partir dos acordos de Methuen (1703), Portugal estabeleceu com a Inglaterra uma aliança política e uma dependência econômica profunda, quase impossível de ser rompida, sem causar danos para o reino.

Em 1807, a França – Napoleão Bonaparte – decretou o Bloqueio Continental em que ameaçava invadir, com suas tropas, qualquer país que mantivesse comércio com a Inglaterra, sua grande rival.

Os acontecimentos de 1807 colocaram D. João VI numa situação de escolha cuja decisão já era prevista. Aderir ao Bloqueio Continental contra a Inglaterra seria arruinar o país, que deixaria de contar com o auxílio financeiro britânico. E mais: se Portugal declarasse guerra à Inglaterra, como desejava Napoleão, esta lhe invadiria os domínios da América Portuguesa (Brasil). Sem o Brasil, Portugal era apenas um país falido e decadente, à mercê dos franceses. Por outro lado, caso resistisse às pressões francesas, Napoleão invadiria o país. Como enfrentar tal exército? A transferência da corte para o Brasil surgia como a única solução possível, caso os entendimentos políticos falhassem. E eles falharam.



<http://nobrasil.files.wordpress.com/2010/10/familia-real-no-brasil.jpg>

Coordenadora
de Educação

HISTÓRIA – 8º Ano
3º BIMESTRE / 2011

acessada em 01/06/11

Que tal visitar a aula nº. 17 da Educopédia?



A fuga da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, às pressas, deixa Portugal sem rei, enquanto as tropas francesas invadem o país.

ÁÍ VÊM OS ESTRANGEIROS!

D. João VI e sua Corte desembarcaram na Bahia em janeiro de 1808 e por lá ficaram alguns dias. Seguem depois para o Rio de Janeiro.

A chegada da corte trazia, para os brasileiros, vantagens políticas e econômicas, uma vez que o príncipe regente passaria a governar seu império a partir da América Portuguesa.

Tais medidas não tardaram a aparecer. A abertura dos portos foi efetuada pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. O antigo monopólio, em que a colônia só poderia manter comércio com a metrópole, foi substituído pela liberdade comercial. Rompia-se, dessa forma, o estatuto colonial.



brasilarquim.wordpress.com – 01/06/11

O quadro representa a chegada de D. João ao Brasil.

O monopólio comercial português, assim como o existente nos demais sistemas coloniais, sofrera, até a abertura dos portos, críticas tanto internas (na colônia) como externas. Por parte dos brasileiros, essas críticas se expressavam contra a dominação colonial. A Inconfidência Mineira demonstrou isso plenamente. Ao longo do século XVIII, o movimento iluminista na Europa não poupou críticas ao sistema colonial e à sua política de monopólios.

A obra de Adam Smith, sobre a riqueza das nações, publicado em 1776, condenava as restrições comerciais e louvava o livre comércio entre as nações. O liberalismo passava, então, a dominar o pensamento econômico. Isso significava que o Estado não deveria intervir na economia. Os países desprovidos de colônias tentaram, durante séculos, burlar a fiscalização e minar os privilégios comerciais das metrópoles (veja-se, por exemplo, a ocupação holandesa no nordeste). Além dessas ações mais diretas, o contrabando era uma prática comum, e só pode ser entendido a partir da existência do monopólio. No Brasil, todos os meios adotados para neutralizá-lo fracassaram.

O fim do monopólio satisfazia à população brasileira, mas também aos interesses dos comerciantes portugueses que viam, no monopólio, um entrave à expansão de suas atividades. Para os demais países europeus, não é preciso dizer quão cobiçado era o mercado brasileiro.

Ao decretar a abertura dos portos, D. João VI eliminava, definitivamente, o pacto colonial e iniciava sua administração na América Portuguesa.



A cerimônia de beija mão de D. João VI significava a submissão dos súditos ao rei



GLOSSÁRIO:

Liberalismo - doutrina econômica que defende a liberdade individual e valoriza a iniciativa privada, em oposição à intervenção do Estado.

expoente - algo ou aquilo que se destaca.

ABERTURA DOS PORTOS: MUDANÇAS ECONÔMICAS

Uma das primeiras medidas que D. João tomou ao chegar ao Brasil, foi ordenar a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas, isto é, a todos aqueles que mantinham relações cordiais com Portugal. Já que Portugal tinha sido tomado pelos franceses, o Império Português, agora com sede no Brasil, só poderia comercializar com outros povos, a partir dos portos brasileiros.

Essa medida beneficiava, na verdade, a Inglaterra, que, naquela época, dominava o comércio mundial. Além do comércio livre com o Brasil, os ingleses fizeram ainda uma cobrança pela ajuda que haviam prestado à família real portuguesa: desejavam vantagens comerciais. Em 1810, D. João assinou um tratado que favorecia os ingleses em seu comércio com o Brasil. Enquanto os outros países pagavam ao governo português a taxa de 24% sobre o preço das mercadorias que vendessem aos comerciantes do Brasil, a Inglaterra pagava apenas 15%. Os produtos ingleses podiam assim ser vendidos por preços mais baixos que os de outros países, inclusive os da própria metrópole. Isso prejudicava o desenvolvimento das atividades econômicas na colônia.

<http://promoview.com.br> Em 09/05/11



Os navios ingleses trouxeram seus produtos para o mercado brasileiro



askthedust.com.br – em 01/06/11

Os principais portos brasileiros foram tomados por mercadorias inglesas, conforme relata o historiador Nelson Werneck Sodré, no livro *As razões da INDEPENDÊNCIA*:

“O mercado ficou inteiramente abarrotado; tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, logo em seguida à chegada do príncipe regente, que os aluguéis das casas para armazená-las elevaram-se vertiginosamente. A baía estava coalhada de navios e, em breve, a alfândega transbordou com o volume das mercadorias. Montes de ferragens e de pregos, peixe salgado, montanhas de queijos, chapéus, caixas de vidro, cerâmicas, cordas, cerveja engarrafada e em barris, tintas, gomas etc., achavam-se expostas não somente ao sol e à chuva, mas também à depredação geral.”

Recapitulando...

Você percebeu que a Inglaterra tinha uma relação especial com Portugal? Então, responda:

1 - Qual era a vantagem que a Inglaterra levava em relação aos demais países com a abertura dos portos?

2 - Retire do texto a frase que demonstra como a Inglaterra aproveitou esse novo mercado para seus produtos.

Além dessas medidas, outras decisões foram tomadas por D. João. Elas serviram de estímulo para as atividades econômicas do Brasil. Destacamos, como principais, as seguintes:

- cancelamento da lei que proibia a instalação de manufaturas – como a de tecidos – no Brasil, medida que obteve poucos resultados em virtude da concorrência dos produtos ingleses;
- construção de estradas;
- melhoramento dos portos;
- introdução de espécies vegetais, como chá;
- promoção da vinda de colonos europeus;
- instalação de manufaturas.

A produção agrícola voltou a crescer. Ao lado do açúcar e do algodão – principais produtos exportados no início do século XIX – surgiu o café. O novo produto, em poucos anos, passaria a ocupar o primeiro lugar nas exportações brasileiras.



D. João VI

diariosanacronicos.wordpress
.com em 01/06/11

Caça-palavras

Encontre as palavras abaixo:
abertura – comércio – independência
liberdade – portos

B	C	A	E	C	O	M	E	R	C	I	O
D	I	B	G	D	A	C	K	H	P	N	N
O	T	E	P	Ç	B	M	L	A	I	D	L
E	U	R	I	P	C	Z	I	E	H	E	K
Z	D	T	E	C	B	E	B	O	M	P	X
E	A	U	Z	E	A	X	E	N	I	E	M
P	O	R	T	O	S	T	R	A	F	N	O
R	Z	A	J	L	P	C	D	M	R	D	A
X	E	I	O	S	X	E	A	I	B	E	P
A	O	P	X	R	Y	B	D	Z	C	N	O
P	M	W	I	L	N	M	E	T	O	C	W
V	I	E	Q	E	U	P	K	O	S	I	L
Z	E	V	I	M	U	P	I	X	T	A	Q

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

A transferência da Corte portuguesa foi marca fundamental no processo de independência. Sem dúvida, a partir de 1808, as transformações ocorridas na colônia contribuíram para que os brasileiros percebessem com maior clareza o domínio exercido por Portugal e as reais condições do país.

É preciso destacar que as ideias separatistas já haviam se espalhado pela colônia antes desta data. Antes, portanto, que os efeitos da presença da família real no Rio de Janeiro fossem sentidos.

Ainda que acolhidas por uma parcela pequena da população, que não tinha meios de divulgá-las, tais ideias estavam presentes em várias revoltas no período colonial, principalmente nas Conjurações Mineira e Baiana.

Apesar da distância, não se pode esquecer da influência dos movimentos revolucionários europeus, que se sucederam a partir de 1750. Também a independência das colônias inglesas da América do Norte repercutiu de maneira decisiva no espírito dos já cansados e explorados brasileiros.

Paço Imperial: antigo Paço Real foi a residência de D. João quando ele e a Corte chegaram ao Rio de Janeiro.

Ainda hoje se destaca na paisagem da Praça XV, onde se localiza. É um lugar muito interessante para se visitar e para conhecer um pouco mais de nossa história. Se puder, acesse o site: www.pacoimperial.com.br e saiba mais sobre o Paço Imperial.



flickr.com – em 01/06/11

HISTÓRIA – 8º Ano
3º BIMESTRE / 2011

Coordenadora
de Educação

MEDIDAS DE INCENTIVO À CULTURA

A vinda da família real para o Rio de Janeiro trouxe também mudanças para a vida cultural da colônia. Dentre as medidas, tomadas por iniciativa de D. João, destacam-se:

- Criação de vários cursos no Rio de Janeiro e na Bahia, como os de cirurgia, química, agricultura, desenho técnico etc., tendo como uma de suas principais realizações, a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.
- Fundação do Museu Nacional, do Observatório Astronômico, do Horto e da Biblioteca Real.
- Criação da Imprensa Régia, a primeira gráfica do Brasil.
- Promoção da vinda ao Brasil da Missão Artística Francesa.

Os artistas franceses, que vieram ao Brasil, em 1816, contratados como professores (após a derrota de Napoleão), tiveram considerável importância. Além de dar aulas em vários dos cursos criados por D. João, eles fizeram estudos sobre o Brasil. Dentre os artistas que compunham a missão, destacavam-se os pintores Jean-Baptiste **Debret** e Nicolas-Antoine **Taunay**, a quem se deve a pintura de quadros que retratam cenas do dia a dia da cidade do Rio de Janeiro.

Esses quadros são importantes registros de hábitos e costumes locais do período em que a cidade acolheu a corte portuguesa. Retratam também acontecimentos da corte, entre outras cenas históricas. O pintor Debret foi tão importante que existe hoje uma praça e uma rua no Centro do Rio de Janeiro que leva o seu nome. Você as conhece?



Obra de Jean-Baptiste Debret (1768-1848)

UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO

Ao instalar a sede do Império Português no Rio de Janeiro, D. João montou um sistema administrativo, destinado a dotar o Brasil de certa autonomia. Dentre outras medidas, o príncipe regente:

- Criou três ministérios – Guerra e Estrangeiros, Marinha, Fazenda e Interior.
- Fundou o Banco do Brasil.
- Instalou a Junta Geral do Comércio.
- Instalou a Casa de Suplicação (hoje, Supremo Tribunal), a mais elevada corte de Justiça.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.



Alguns espaços culturais criados por D. João VI existem até hoje na cidade do Rio de Janeiro. O Jardim Botânico, antigo Horto Real, é um deles.

O centro da cidade também está repleto de construções que já existiam naquela época.

Que tal realizar uma visita a algum desses locais? Converse com seu/sua Professor/a.



REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)

<http://faceaevento.wordpress.com> Em 09/05/11



Enquanto a Corte Portuguesa estava no Brasil, em Portugal (que estava sem o rei desde 1808) começou a se formar um movimento político que queria a volta de D. João VI e uma constituição liberal para o país.

Em 1820, eclodiu a Revolução Liberal do Porto. O movimento começou na cidade do Porto e depois se espalhou por várias cidades de Portugal. Os revolucionários convocaram eleições para o parlamento português. As Cortes, como era chamado o parlamento português, aprovaram medidas para recolonizar o Brasil:

- Fim da liberdade comercial do Brasil.
- Volta dos monopólios e privilégios dos comerciantes portugueses.
- Retorno imediato de D. João VI para Portugal.

As decisões das Cortes causaram muitas tensões entre as elites brasileiras, que tinham obtido muitas vantagens depois de 1808 e não gostariam de ter de volta um monopólio comercial em que o Brasil (mesmo elevado a Reino Unido) só pudesse manter comércio com Portugal.

D. João VI teve que voltar para Portugal. Mas, para garantir a permanência da família real no governo brasileiro, ele deixou seu filho, o príncipe D. Pedro, como Regente do Brasil.

A MONARQUIA REAL

A elite brasileira era formada pelos grandes proprietários de terra. Essa elite apoiava a ideia de uma Monarquia Dual, ou seja, D. João governaria Portugal e D. Pedro continuaria governando o Brasil. O que importava era garantir as liberdades conquistadas com a abertura dos portos.

A elite portuguesa tinha medo de uma agitação social pela independência. Tinha um temor muito grande de uma rebelião escrava como ocorrera no Haiti que o tornou independente da França.

A pressão das Cortes, para recolonizar o Brasil, fizeram a elite brasileira admitir a ideia de independência. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro decidiu permanecer no Brasil.

Esse dia ficou conhecido como o **DIA DO FICO**.

Visite a aula
nº. 18 no
site da
Educopédia.



FIQUE LIGADO!!!!



Lembra do que ocorreu no Haiti?
Lá, escravos rebelaram-se e conquistaram
a independência do país que
era colônia francesa.



promoview.com.br

Acessada em 01/06/11

Principais grupos políticos que atuaram no processo de independência do Brasil:

GRUPO	COMPOSIÇÃO SOCIAL	PROPOSTA
Partido Brasileiro	<p>Fazendeiros, altos funcionários e ricos comerciantes.</p> <p>O principal líder era o paulista José Bonifácio.</p>	<p>Defendia a independência e uma monarquia chefiada por D. Pedro.</p> <p>Era contra a participação popular.</p>
Partido Português	<p>Ricos comerciantes portugueses.</p>	<p>Era contra a independência do Brasil.</p> <p>Aprovava a política das Cortes de recolonizar o Brasil.</p>
Liberais Radicais	<p>Formados por membros das camadas médias urbanas, como advogados, padres e funcionários do governo.</p>	<p>Defendiam a ruptura com Portugal e a instalação de uma República.</p> <p>Propunham o fim da escravidão.</p>

A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

As relações entre as Cortes e o Brasil agravaram-se a cada dia. D. Pedro, no Brasil, recebeu a notícia de que as Cortes haviam reduzido seu poder. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro rompeu com as Cortes e proclamou a Independência do Brasil.

A Independência do Brasil resultou de uma aliança política entre D. Pedro I e os proprietários de terras brasileiros. As elites queriam evitar a participação popular na luta pela independência e garantir seus privilégios. Por isso, o Brasil independente era um país monárquico e independente.



D. Pedro I comemorando a independência.

A aula nº 19 da Educopédia trata da Independência do Brasil. Visite o site.



Visite o site www.encontraipiranga.com.br e clique no link "Museu do Ipiranga" para obter maiores informações.

Recapitulando...

1 - Explique o motivo pelo qual a Independência do Brasil não alterou a estrutura político-econômica do Brasil-Colônia, na sua essência.

2 – Explique o papel dos grandes proprietários rurais no processo de Independência.

3 - Explique o papel dos Liberais Radicais no processo de Independência.

LUTAS PELA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

O governo e os militares de algumas províncias reagiram contra a independência. Essas autoridades provinciais eram portuguesas e queriam que o Brasil continuasse unido a Portugal. Por isso, recusavam-se a aceitar a autoridade de D. Pedro I. As reações mais fortes ocorreram nas províncias do Grão-Pará, do Maranhão, do Piauí e da Bahia. Além disso, o novo governo enfrentou a Guerra da Cisplatina (atual Uruguai). Para lutar contra os revoltosos, o governo contratou militares estrangeiros. O principal deles foi o almirante inglês lorde Thomas **Cochrane**, que comandou as tropas brasileiras, durante o ano de 1823.

A Bahia foi um dos principais focos de resistência dos portugueses. Nessa região, as tropas que lutaram pela independência obtiveram o apoio dos senhores de engenho e das forças militares contratadas pelo imperador.

As tropas leais ao governo venceram os portugueses em 2 de julho de 1823, expulsando a esquadra inimiga da Baía de Todos os Santos.



Você sabia que no bairro da Tijuca existe uma rua chamada Almirante Cochrane?

Agora, você já sabe a razão do nome desta rua.



Nessas lutas, destacou-se Maria Quitéria de Jesus que vemos na imagem acima. Vestida com roupas masculinas e usando o nome de Medeiros, ela teve intensa participação no conflito.

vidasilusofonas.pt – em 01/06/11

Quem foi Maria Quitéria de Jesus? Aproveite para pesquisar sobre as mulheres que se destacaram na história de nosso país. Monte um mural. Peça ajuda de seu/sua Professor/a.



Fontes para pesquisa:

portaldoprofessor.mec.gov.br
portalmultirio.rio.rj.gov.br
www.brasilecola.com
www.culturaabrasil.pro.br
www.educopedia.com.br
www.infoescola.com
www.mundoeducacao.com.br
www.pacoimperial.com.br
www.suapesquisa.com

O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)



mundoeeducacao.com.br – 01/06/11

O reinado de D. Pedro I teve início com a proclamação da independência, em 1822, e terminou com sua abdicação, em 1831, quando voltou para Portugal.

O príncipe regente D. Pedro, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, declarou a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Sem a participação das camadas populares, ele foi coroado D. Pedro I. O Brasil, livre de Portugal, tinha agora, como regime político, a monarquia constitucional.

Esse regime representou também o desejo da aristocracia rural, formada pelos grandes proprietários de escravos e terras que queriam a manutenção da unidade nacional, mas eram contrários a transformações radicais como, por exemplo, a adoção do regime republicano e o fim da escravidão.

Concretizados os interesses da elite agrária, a economia brasileira não sofreu mudanças. Permaneceu como no período colonial, isto é, produção agrária direcionada ao mercado externo.

Visite a aula nº 20 da Educopédia.



A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823 (Constituição da Mandioca)

Dom Pedro I reuniu a Assembléia Constituinte, no dia 3 de maio de 1823, com o objetivo de elaborar uma Constituição ou Carta Magna para o país. A maior parte de seus deputados e senadores eram donos de terras e de escravos. Liderados pelos irmãos José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrade e Silva defendiam:

- que apenas homens, com renda anual superior a 150 alqueires de farinha de mandioca, tinham direito a voto para escolher seus representantes;
- que homens, com renda acima de 500 alqueires de farinha de mandioca, estariam aptos aos cargos de deputado e senador;
- manutenção da escravidão;
- todos deveriam se submeter à autoridade do governo imperial, sediado no Rio de Janeiro;
- afastamento de todos os portugueses que estivessem ocupando cargos no governo (ministros, juízes etc).

Esse último item gerou uma crise, pois D. Pedro I achava que havia, por parte dos constituintes, uma tentativa de controle do seu governo. D. Pedro I fechou a Assembléia Constituinte. O prédio foi cercado pelas tropas fiéis a D. Pedro. Foi criado o Conselho de Estado, substituindo a Assembléia Constituinte, para redigir a Constituição.

Segundo esta Constituição, o voto não era universal, ou seja, nem todas as pessoas podiam votar. O voto era censitário, isto é, só quem tinha renda anual superior a 150 alqueires de plantação de mandioca teriam direito a voto. Os que não tinham renda, os escravos e os indígenas, também não tinham direito a voto. Mesmo sendo brasileiros, não possuíam cidadania.

FIQUE LIGADO!!!!



Recapitulando...

1) O governo de D. Pedro I foi uma decepção para a maioria do povo brasileiro. O povo esperava mudanças significativas com a Independência. No entanto, uma das principais características da nova constituição foi

() a república democrática.

() o fim da escravidão.

() as eleições elitistas.

() a participação popular nas decisões políticas do governo.

2) Na sua opinião, por que é importante a participação popular na política de um país?

3) Qual a diferença entre voto universal e voto censitário?

GLOSSÁRIO:

elitistas – que pertence ou é partidário da elite (parcela minoritária da sociedade que detém o poder político e econômico).

Fonte: Dicionário escolar da Língua Portuguesa – Academia Brasileira de Letras.

A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA

Dom Pedro I outorgou, isto é, impôs a nova Constituição, em março de 1824. Fortalecendo sua autoridade, além do Poder Executivo, o imperador passou a exercer o Poder Moderador. Esse poder dava ao imperador o direito de anular decisões da **câmara legislativa**, nomear os presidentes de províncias e escolher ministros e juizes.

As principais características da nova Carta aprovada foram:

- ❖ monarquia constitucional hereditária;
- ❖ direito à propriedade;
- ❖ religião católica tornou-se a religião oficial do Estado;
- ❖ voto indireto e censitário (baseado na renda do eleitor);
- ❖ criação dos quatro poderes: moderador, executivo, legislativo e judiciário.

Criou-se, assim, um Estado centralizado, autoritário, que preservava a unidade territorial.

A grande massa da população, formada por negros, índios e brancos pobres, permaneceu sem direito à cidadania e à margem da sociedade.



Recapitulando...

1) O governo de D. Pedro I pode ser considerado absolutista? Explique.

2) Cite as principais características da Constituição da época de D. Pedro I.

3) Que grupos sociais foram excluídos, sem direito à cidadania plena?

4) Qual era o objetivo do Poder Moderador?

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

Esta foi mais uma revolta que tivemos no Brasil motivada por fatores econômicos. A região nordeste, especialmente Pernambuco, tinha na venda de açúcar e algodão para a Europa, uma grande fonte de renda. Porém os baixos preços desses produtos, aliados aos privilégios dos comerciantes portugueses, como o monopólio comercial, geraram uma enorme insatisfação entre as elites de Olinda e Recife.

Em fevereiro de 1824, D. Pedro I tentou destituir o governador de Pernambuco, Manuel Paes de Andrade. Esta atitude provocou o início da revolta. O governador, que recebeu a adesão de outras províncias da região como Paraíba, Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte, proclamou a independência constituindo a Confederação do Equador. Adotou a Constituição da Colômbia, que era republicana e liberal.

A falta de preparo militar e os conflitos internos, como por exemplo, a proibição do tráfico de escravos no porto de Recife, que desagradou aos latifundiários, enfraqueceram a luta dos rebeldes contra a repressão imperial. Em agosto de 1824, o almirante inglês Lorde Cochrane, a serviço do imperador, bloqueou o porto de Recife, enquanto o coronel Francisco de Lima e Silva, combatia por terra. Um dos principais líderes da revolta, Frei Caneca, ainda empreendeu alguma resistência, mas foi vencido, preso e condenado à morte por fuzilamento. O governador Manuel Paes de Andrade conseguiu refugiar-se em um navio inglês.



Frei Caneca .

midia independente.org – 01/06/11

FIQUE LIGADO!!!!



Rua Frei Caneca (Centro do Rio de Janeiro).

Mais uma rua, no Rio de Janeiro, que você já sabe a razão da escolha do nome.

Recapitulando...

1) Quais os motivos do descontentamento da província de Pernambuco com o governo imperial?

2) Quando teve início o movimento?

3) Cite as províncias que aderiram ao movimento da Confederação do Equador.

4) Por que a Confederação do Equador fracassou?



A GUERRA DA CISPLATINA (1825/1828)

A província da Cisplatina foi incorporada ao Brasil, em 1821, durante o reinado de D. João. Em 1825, iniciou-se um movimento pela independência e sua anexação à República das Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina. A guerra pela independência da Cisplatina durou quase três anos e somente terminou graças à entrada da Inglaterra no conflito. Os ingleses negociaram a paz, levando argentinos e brasileiros a renunciarem à posse da região.

Em 1828, a Cisplatina se tornou independente (atual Uruguai).

Esse conflito desgastou ainda mais o governo de D. Pedro I. As despesas com esse conflito agravaram a crise econômica e aumentaram a rejeição ao imperador. A Inglaterra foi a grande beneficiada, pois pôde comercializar livremente por toda a região.

Compare os mapas abaixo:

Mapa do Brasil em 1821, com a província Cisplatina



Mapa do Brasil atual



oportalweb.com. Acessado em 06/06/11.

Recapitulando...

1) O que pretendia o movimento iniciado, em 1825, na Província Cisplatina?

2) Por que esse conflito desgastou ainda mais o governo brasileiro?

3) Comercialmente, o país mais beneficiado com esse conflito foi:

- () Brasil.
- () Argentina.
- () Inglaterra.

4) Como é chamado, atualmente a antiga Província Cisplatina?



A ABDICAÇÃO DO IMPERADOR (1831)



historiabrasileira.com

1/6/11

Desde a Constituição de 1824, D. Pedro I contava apenas com o apoio político do Partido Português, que tinha muita influência no governo. A economia brasileira passava por uma crise, devido ao declínio das exportações de açúcar, ao aumento da dívida externa e à inflação. Tais fatos provocaram o aumento da insatisfação popular e da oposição aos portugueses. No ano de 1826, com a morte de D. João em Portugal, D. Pedro I tornou-se herdeiro do trono português.

Criou-se então, no Brasil, um temor pela possível unificação dos dois países. Procurando acalmar seus opositores, D. Pedro I renunciou ao trono português em favor de sua filha, Maria da Glória. O irmão de D. Pedro, D. Miguel, queria ocupar o trono português. Para financiar a luta pelo direito de sua filha, D. Pedro usou o dinheiro do Brasil, fato que não agradou aos brasileiros.

As tentativas do imperador em diminuir o descontentamento popular fracassaram. Nem mesmo as reformas ministeriais diminuíram as manifestações populares. Um episódio, ocorrido na capital do império, no dia 13 de março de 1831, conhecido como Noite das Garrafadas, demonstrou, de forma veemente, o descontentamento de brasileiros e portugueses que entraram em confronto violento. As tropas imperiais enviadas para dispersar os manifestantes colocaram-se ao lado do povo.

D. Pedro de Alcântara, seu filho, tinha apenas cinco anos quando D. Pedro I renunciou ao trono brasileiro em seu favor. Tal fato ocorreu em 7 de abril de 1831. A seguir, D. Pedro I regressou a Portugal.

Recapitulando...

1) Por que a morte de D. João em Portugal gerou uma crise no império brasileiro?

2) Procure no dicionário o que significa inflação.

PERÍODO REGENCIAL (1831/1840)

Como uma criança poderia governar o Brasil?

Como D. Pedro I abdicou a favor de seu filho, que tinha apenas 5 anos, o trono brasileiro passou a ser ocupado por regentes, conforme determinava a Constituição Brasileira da época, visto que D. Pedro de Alcântara era menor de idade.

Os regentes governariam até que D. Pedro de Alcântara completasse 18 anos.

O período regencial iniciou-se em abril de 1831, com a abdicação de D. Pedro I, indo até julho de 1840, com a maioria antecipada de D. Pedro de Alcântara, coroado Pedro II.

Esse período da história brasileira foi marcado por constantes lutas entre os grupos políticos, pela estagnação econômica e por uma série de revoltas populares. Algumas até chegaram a pregar a separação das províncias.

Visite a aula nº 23 da Educopédia.



GLOSSÁRIO:

abdicar - renunciar ao poder supremo;

estagnar - paralisar, ficar imobilizado.

regência - governo interino durante o impedimento de um rei ou soberano.

D. Pedro II aos 5 anos

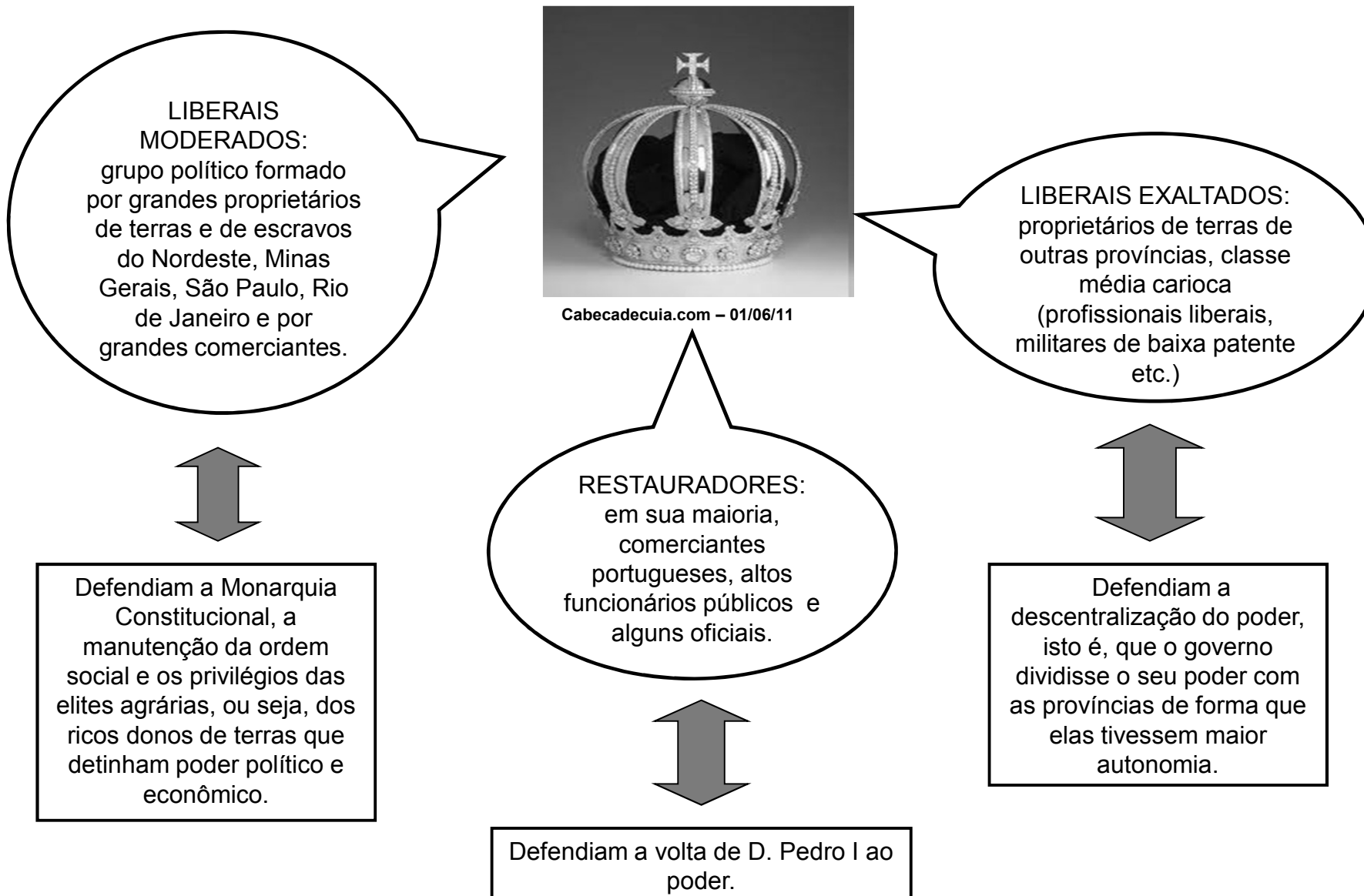


O guialegal.com - 01/06/11

HISTÓRIA - 8º Ano
3º BIMESTRE / 2011

Coordenadora
de Educação

GRUPOS POLÍTICOS NO PERÍODO REGENCIAL



Recapitulando...

1) O que se chamou Período Regencial?

2) Politicamente, como ficou marcado esse período?

3) Para você, o que ocorre em um país com a economia estagnada?

4) Como você acha que a população reage diante da estagnação da economia?

5) Relacione as duas colunas:

a) Liberais moderados () comerciantes portugueses.

b) Liberais exaltados () grandes proprietários de terras e de escravos e grandes comerciantes.

c) Restauradores () proprietários de terras de outras províncias, classe média carioca.

GLOSSÁRIO:

estagnada - paralisada, ficar imobilizada.

AS REGÊNCIAS TRINAS

A Assembléia Legislativa nomeou regentes para assumirem o poder executivo, devido ao fato de Pedro de Alcântara ser menor de idade. Foram eles: Francisco de Lima e Silva, José Joaquim Carneiro de Campos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o senador Vergueiro, que hoje dá nome a uma rua do bairro do Flamengo. Entre algumas das medidas tomadas, podemos destacar o retorno do antigo ministério, que D. Pedro I havia destituído. Como eram três regentes, chamamos de regência trina.

Em junho de 1831, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, juntamente com Francisco de Lima e Silva, formaram a Regência Trina Permanente. Nesse período, foi criada a Guarda Nacional, que representava a opressão contra as reivindicações políticas e sociais da população. O ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, um liberal moderado, proibiu manifestações públicas e teve que, por diversas vezes, enfrentar a oposição dos outros grupos políticos: liberais exaltados e restauradores.

Durante esse período, surgiram vários jornais que, na sua maioria, defendiam o ponto de vista do grupo a que estavam ligados.



Ato Adicional de 1834.

Lei que transformou a Regência Trina em Regência Una. Teríamos, assim, apenas um regente. Manteve a monarquia centralizada e o poder moderador. Extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembléias nas províncias.

Diogo Feijó: o Primeiro Regente Uno

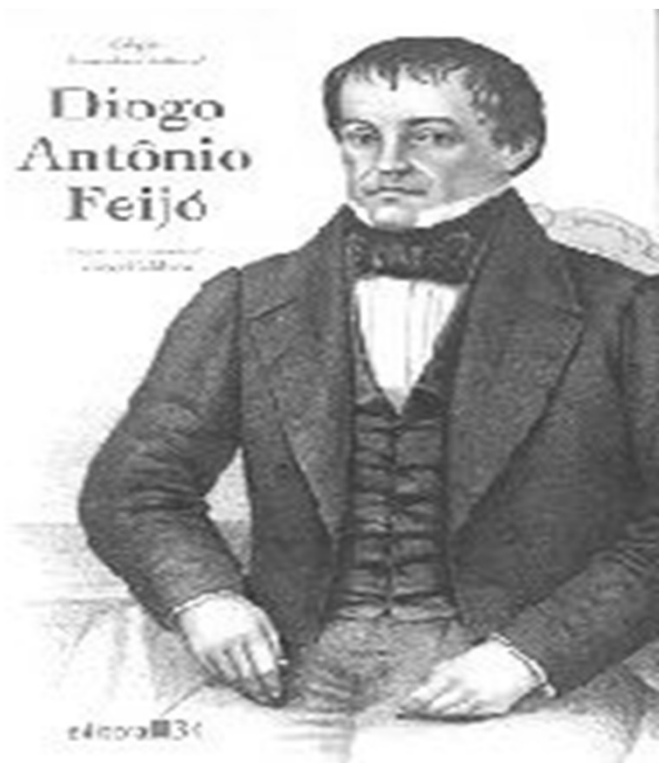
Diogo Feijó acabou ganhando as eleições e tornou-se presidente do Senado, em 1833. Como novo regente, tomou posse em outubro de 1835. Durante seu governo houve, em diferentes partes do país, diversas rebeliões populares. Novamente, para manter a ordem, usou-se a **GUARDA NACIONAL** (criada por ele) que agia de forma repressora, sufocando os movimentos.

Diogo Feijó sofreu forte oposição, por ser favorável ao abolicionismo. Seu governo foi considerado muito liberal. Houve também conflitos com a Igreja, devido a sua posição favorável ao fim do celibato clerical. Por fim, passou a sofrer críticas da imprensa, inclusive de ex-aliados.

Diogo Feijó renunciou ao cargo de regente, em setembro de 1837, dois anos antes do fim de seu mandato.

GLOSSÁRIO:

celibato - estado e condição de uma pessoa que não se casa.



A regência de Pedro de Araújo e Lima

O conservador pernambucano e então senador, Pedro de Araújo Lima tomou posse, no início de 1838, logo após ser eleito.

No seu governo, houve manifestações no sentido de anular os avanços liberais conquistados no governo Feijó. Com extrema violência, sufocou os movimentos populares nas províncias rebeladas.

Em julho de 1840, deixou o poder quando o Partido Liberal, sob o pretexto de manter a unidade nacional, deu um golpe nos conservadores com a antecipação da maioria de D. Pedro de Alcântara.

Recapitulando...



1) Complete:

A Assembléia _____ nomeou três regentes para assumir o poder _____. Pessoas que governariam no lugar de D. Pedro de Alcântara, por ele ser _____ de idade.

2) O que motivou o conflito entre Diogo Feijó e a Igreja?

3) Você conhece a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro? Mais um espaço, na cidade do Rio de Janeiro, que poderia ser visitado. Que espaço é esse?



ovelhadejave.blogspot.com
Acessado em 06/06/11

AS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

O período regencial foi marcado por revoltas que eclodiram em vários pontos do país.

Durante esse período, além das questões sociais e econômicas, existiam muitas críticas contra o autoritarismo político do governo regencial, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Os grupos dominantes de algumas províncias pregavam a separação do poder central, pois queriam mais autonomia. Outros grupos, mais populares, inspirados pelos ideais liberais europeus, reivindicavam uma maior participação na vida política do país.

As principais revoltas populares foram: a Cabanagem, a Revolta dos Malês, a Balaiada e a Sabinada. A Revolta Farroupilha foi outro movimento social relevante, tendo, à frente, os fazendeiros gaúchos.

A repressão violenta do governo regencial, apoiada por representantes das classes dominantes, além de sufocarem as rebeliões, garantiram a unidade territorial e impuseram sua autoridade. Foram garantidas, assim, a manutenção dos privilégios e desapareceram os temores que podemos observar na frase de Diogo Feijó: “*o vulcão da anarquia ameaça devorar o império.*”

GLOSSÁRIO:

autonomia - capacidade de agir com independência.

Lendo mapas...

REBELIÕES DO PERÍODO REGENCIAL



portalmultirio.rio.rj.gov.br;25/4/2011

A CABANAGEM, PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1835-1840).



Imagem que retrata a Cabanagem

Conhecida também como Revolta dos Cabanos, esta grande revolta popular contou com a participação de homens e mulheres pobres, índios, negros e mestiços que viviam da extração de produtos da floresta e moravam **em cabanas à beira dos rios (cabanagem)**. Esses grupos rebelaram-se contra a miséria e contra a exploração. Foram apoiados por fazendeiros e comerciantes, contrários à nomeação do presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, pelo governo central.

Em janeiro de 1835, os rebeldes ocuparam a cidade de Belém. Bernardo Lobo de Sousa foi assassinado. Foi criado, então, um governo substituto, controlado pelo fazendeiro Felix Clemente Malcher, que defendia a separação (independência) do governo central.

A desorganização e a divergência entre os líderes do movimento facilitaram a repressão comandada por tropas enviadas do Rio de Janeiro pelo governo regencial. A revolta foi sufocada e os cabanos vencidos em 1840, deixando um saldo de 40 mil mortos, segundo cálculos de historiadores.

A REVOLTA DOS MALÊS, NA BAHIA (1835).



irdeb.ba.gov.br – 01/06/11

Essa revolta foi organizada por escravos e ex-escravos africanos, de origem muçulmana, contra a situação dos negros, os quais não tinham possibilidades de ascensão social.

Muitos deles eram alfaiates, vendedores ambulantes ou acendedores de lampião. Eram obrigados a dar parte de seus ganhos aos seus senhores. Alguns chegaram a comprar a liberdade e foram alforriados.

Armados e usando vestimentas islâmicas, ocuparam as ruas. Foram massacrados pelas tropas regenciais que tiveram apoio da elite baiana.

GLOSSÁRIO:

alforriados - escravos que foram libertados.

Recapitulando...

1) O que motivou a Revolta dos Cabanos?

2) Qual a origem do nome?

3) Como terminou a Revolta dos Cabanos?

4) Complete:

Os Malês eram _____

5) O que motivou a Revolta dos Malês?

A REVOLTA FARROUPILHA, NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845)



Sohistoria.com.br – 30/05/11

Em 2003, foi apresentada na Tv GLOBO a minissérie “A Casa das Sete Mulheres”, que se passava na época da Revolta Farroupilha. Tinha, como personagens, os participantes deste evento histórico. Para assistir à minissérie é fundamental verificar a faixa etária. Lembre-se, portanto, de pedir orientação a seu/sua Professor/a e, principalmente, aos seus familiares.



2001video.com.br – 30/05/11

A Revolta Farroupilha, também chamada de “Guerra dos Farrapos”, foi a mais longa das chamadas rebeliões regenciais, durando dez anos.

Ocorreu no Rio Grande do Sul e teve, como principal causa, uma questão econômica: o grande aumento de impostos cobrados pelo governo federal sobre o charque (carne seca), um dos principais produtos da economia gaúcha.

Ao contrário das outras rebeliões, que tinham origem popular, a revolta farroupilha foi iniciada por uma elite. Os fazendeiros (chamados no sul de estancieiros), liderados por Bento Gonçalves e, depois, por Davi Canabarro, se revoltaram contra o governo federal e iniciaram a luta, que caminhou inclusive para uma tentativa de separarem o Rio Grande do Sul do Brasil.

Após dez anos de disputas, um acordo entre as partes envolvidas pôs fim à questão. O Brasil manteve sua unidade territorial e os estancieiros continuaram com seu poder na região.

Recapitulando...

Sabendo que a Revolta Farroupilha ocorreu no Rio Grande do Sul, pesquise a localização desse estado no mapa e o pinte de amarelo. De verde, pinte a província em que se localizava a capital do Império do Brasil. De azul, a província onde ocorreu a Revolta dos Malês. De marrom, a província da Cabanagem e de lilás, a província onde se deu a Balaiada.



sol.eti.br – 01/06/11

A SABINADA, NA BAHIA (1837-1838)

Grupos sociais participantes da Sabinada.



canalkids.com.br – 02/06/11

Essa revolta ocorreu em 1837, dois anos após a Revolta dos Malês. Recebeu esse nome devido ao seu principal líder: Francisco Sabino Vieira. Através de seu jornal “Novo Diário da Bahia” expressava a insatisfação da província contra o governo regencial.

Em 7 de novembro de 1837, os revoltosos criaram a República e declararam sua separação do Brasil, em caráter provisório, até que D. Pedro de Alcântara alcançasse a maioria.

Foram enviadas tropas navais pelo governo central que, com a ajuda dos senhores de engenho baianos, sufocaram o movimento. Seu líder, Francisco Sabino Vieira, foi deportado para a província de Mato Grosso.

A BALAIADA, NO MARANHÃO (1838-1840)



portaldoprofessor.mec.gov.br,25/4/2011

Essa revolta popular recebeu esse nome devido a um de seus líderes, o artesão Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, que fazia balaios (cestos) para vender.

O Maranhão estava passando por dificuldades econômicas devido ao seu principal produto de exportação: o algodão. Estava perdendo mercado para os Estados Unidos, cujo algodão era de melhor qualidade e mais barato.

Outros fatores que contribuíram para essa revolta: altos preços dos alimentos, os impostos abusivos cobrados pelo governo regencial, o descontentamento dos pequenos proprietários de terras, que tiveram que vendê-las com a crise econômica e a opressão sofrida pelos escravos.

Em julho de 1839, os revoltosos conquistaram a cidade de Caxias, segunda maior cidade do Maranhão. Por três anos, essas lutas causaram muitos prejuízos aos grandes fazendeiros.

A elite local iniciou a repressão. Teve apoio das tropas regenciais, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, que, por essa vitória, recebeu o título de Barão de Caxias.

Recapitulando...

1) Qual o principal produto agrícola de exportação do Maranhão?

2) O que motivou a crise econômica na região?

3) Além da crise econômica, que outros fatores motivaram essa revolta?

Agora, que você já estudou todas as revoltas do período regencial, cite todas elas e suas causas.
Vamos lá! Mãos à obra!



REVOLTAS	CAUSAS

O GOLPE DA MAIORIDADE

Políticos liberais interessados em pôr um fim à regência conservadora alegaram que o país corria o risco de fragmentação política, devido às revoltas que estavam ocorrendo.

Diante destes acontecimentos, estes políticos criaram, em abril de 1840, o Clube da Maioridade. O objetivo era antecipar a maioridade de D. Pedro de Alcântara para que ele assumisse o governo imediatamente. Em julho do mesmo ano, o jovem tornou-se imperador do Brasil, com apenas 14 anos de idade. O Brasil tinha agora um novo imperador: D. Pedro II.

Recapitulando...

Qual o objetivo da antecipação da maioridade de D. Pedro II?



D. Pedro II, aos 14 anos

